

A RÉGUA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL (RDTS) PARA O ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE E SUAS IMPLICAÇÕES NA COOPERATIVA AMAZONBAI

THE RULE FOR SUSTAINABLE TERRITORIAL DEVELOPMENT (RDTS) FOR THE ARCHIPELAGO OF BAILIQUE AND ITS IMPLICATIONS IN AMAZONBAI COOPERATIVE

Francele Benedito Baldez de Sousa **1**

Edson Vicente da Silva **2**

Raimunda Kelly Silva Gomes **3**

Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5380234120626255>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9625-5571>. E-mail: francelebaldez15@gmail.com

Doutor em Geografia, Universidade Federal do Ceará. **2**
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3354228537186786>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5688-750X>. E-mail: cacauceara@gmail.com

Doutora em Educação, Universidade do Estado do Amapá. Lattes: **3**
<http://lattes.cnpq.br/1668096856877502>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4653-4000>. E-mail: rkellysgomes@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as dimensões da régua de desenvolvimento territorial sustentável (RDTS) para o Bailique e suas implicações na cooperativa Amazonbai. A metodologia pautou-se em um estudo de caso e levantamento documental, relatórios e demais documentos produzidos pela Amazonbai, ACTB e Terróa nos anos de 2018 e 2019 (Régua de Desenvolvimento Territorial Sustentável, relatório técnicos e diagnósticos socioambientais). Os resultados mostram que a Associação dos Comunitários Agroextrativistas do Bailique (ACTB) é a organização responsável pela manutenção da articulação comunitária resultante do processo, com apoio administrativo e financeiro da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA), em que os principais eixos de discussão são referentes à cadeia produtiva do açaí. Portanto, a relação entre a própria ACTB e a Amazonbai, é uma atividade de engajamento e reengajamento com as comunidades, visando aumentar a adesão a ambas e, por conseguinte, a legitimidade de uso sustentável no território.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Território. Organização Comunitária. Economia Solidária.

Abstract: This article aims to analyze the dimensions of the sustainable territorial development rule (RDTS) for Bailique and its implications for the Amazonbai cooperative. The methodology was based on a case study and documentary survey, reports and other documents produced by Amazonbai, ACTB and Terróa in the years 2018 and 2019 (Sustainable Territorial Development Rule, technical reports and socio-environmental diagnostics). The results show that the Bailique Agroextractive Community Association (ACTB) is the organization responsible for maintaining the community articulation resulting from the process, with administrative and financial support from the Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA), in which the main topics of discussion refer to the açaí production chain. Therefore, the relationship between ACTB itself and Amazonbai, is an activity of engagement and reengagement with communities, aiming to increase the adherence to both and, therefore, the legitimacy of sustainable use in the territory.

Keywords: Sustainability. Territory. Community Organization. Solidary Economy.

Introdução

De acordo com a política nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais (Decreto 6.040 /2007), o território é definido como um espaço necessário a reprodução cultural, social e econômica dos povos, o qual passa a ser entendido como uma relação direta e dinâmica entre ambiente natural e a sociedade.

O território passa a ser entendido como um espaço de práticas, em que a territorialidade humana influencia e controla as ações de seu uso (SACHS, 1986). Neste sentido, concorda-se com Becker (2010, p.138) ao afirmar que:

A territorialidade manifesta-se em todas as escalas desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, de base territorial.

A territorialidade na região Amazônica precisa ser reconhecida como um componente a ser fortalecido para o desenvolvimento regional sustentável, considerando-se a sociobiodiversidade local.

De acordo com Leff (2010), a sociobiodiversidade está interligada com as potencialidades humanas e o acesso aos serviços que possibilitem melhoria na qualidade de vida, sem comprometer o capital natural, e a disponibilidade de uso dos recursos naturais necessário para a sobrevivência humana no presente e no futuro, pois entende-se que a sustentabilidade, implica no empoderamento das diversidades socioculturais locais e suas inter-relações com o uso dos recursos naturais.

A Sociobiodiversidade pertence tanto ao domínio do natural quanto do cultural, mas é a cultura enquanto conhecimento que permite às populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, além de retirar espécies, colocar outras e enriquecendo assim a própria sociobiodiversidade ou etnobiodiversidade (DIEGUES, 2019, p. 86).

Cabe destacar, que a Amazônia tem perpassado por inúmeros processos de degradação: desmatamento, fragmentação de habitat, superexploração de espécies, queimadas e atrelado a isso as questões sociais, devido à pobreza, à miséria, à fome, a falta de assistência à saúde, à educação e ao saneamento básico. E atualmente, vivemos um momento em que são anunciados pelo Governo federal riscos a Amazônia que podem fomentar ainda mais os problemas ambientais e sociais que marginalizam parte das populações vulneráveis existentes nesse território.

O Estado do Amapá é detentor do maior índice de preservação ambiental do Brasil, com 73% de sua cobertura vegetal preservada. No entanto, apesar de sua extraordinária biodiversidade, a ausência de políticas públicas efetivas, tem gerado sérios problemas sociais as populações que sobrevivem diretamente do uso de recursos naturais, principalmente os povos dos rios e das florestas, que são responsáveis por manter os níveis satisfatórios de conservação/preservação do ambiente natural.

Em contraponto, o Amapá possui elevados índices de analfabetismo, os quais estão diretamente relacionados as dificuldades de acesso a escola, o que contribui para os baixos Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDBE), principalmente nas comunidades ribeirinhas, fato atribuído ao modelo educacional desenvolvido, pois apresentam pouca ou nenhuma relação com a cultura de seus habitantes historicamente ligados ao extrativismo florestal, a agricultura e as atividades pesqueiras.

Neste sentido, podemos afirmar que embora o Estado do Amapá tenha uma sociobiodiversidade extraordinária, temos a fragilidade do seu potencial humano, uma vez que, a maio-

ria da população vive abaixo do nível da pobreza com altos índices de vulnerabilidade social e em sua maioria possuem como principal fonte de renda os benefícios sociais oriundos dos governos estadual e federal (bolsa família, renda pra viver melhor e entre outros), muitas vezes atribuído à falta de opção de emprego, à ausência de transporte para escoamento da produção, à instabilidade econômica e à difícil realidade socioeconômica das comunidades ribeirinhas da Amazônia Amapaense.

Por outro lado, nos últimos cinco anos (2013 a 2018), o agronegócio tem se intensificado no Estado do Amapá, principalmente com o cultivo da produção de soja, como política pública de desenvolvimento do governo estadual. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), somente no ano de 2013, a soja foi colhida numa área de 4.528 hectares tendo como rendimento médio 2.850 toneladas por hectare, resultando numa produção de 12.906 toneladas. Em 2014, a projeção subiu para 15.825 hectares plantados, com rendimento médio de 2.887 toneladas por hectare. Isso significa um aumento também na produtividade para 45.682 toneladas por hectare.

No ano de 2018, foi anunciado pelo governo Estadual, um aumento de 15% na produção de soja pros próximos três anos, proposta apresentada pelo Programa de governo intitulado “tesouro verde”. Em contraponto, de acordo com o IBGE o Amapá no ano de 2018, possuiu a maior taxa de desemprego (19,6%) do país nos últimos sete anos, no entanto, até o momento não há políticas públicas que mostre caminhos para a minimização dessa problemática.

Em oposição ao modelo de desenvolvimento presente na Amazônia, este artigo tem a finalidade de discutir sobre as contribuições de uma economia solidária inclusiva para o Amapá, ao considerar os fundamentos de Santos e Rodríguez (2004) e Vidal (2005), que compreendem a economia solidária como uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, includente e solidário, visto que todos os envolvidos beneficiam dos seus resultados econômicos, sociais, políticos e culturais.

Partindo-se do pressuposto, de que o desenvolvimento local é um processo que busca a transformação da economia e da sociedade local, a considerar-se oportunidades de trabalho e geração de renda, que possibilitem melhorias nas condições de vida da população local.

Reflexões sobre sustentabilidade x Amazônia

De acordo com Souza (2007) o desenvolvimento econômico é um tema que emerge somente no século XX, em que suas interpretações e conceitos possuem raízes teóricas e empíricas, originadas em sua maioria das crises econômicas do sistema capitalista. O tema aparece com maior pujança com Adam Smith, uma vez que em sua obra procurou identificar os fatores que contribuem para a formação da riqueza nacional, ao enfatizar o funcionamento do mercado, e sua importância para a elevação do lucro.

Contudo ao longo da história, foram vários os conceitos elaborados sobre o tema, palavras como: evolução, desenvolvimento, e crescimento passaram a fazer parte das definições e por muitas vezes utilizadas como sinônimos. Cabe destacar, que dois dos mais importantes manuais de economia dispensaram a expressão desenvolvimento por acreditarem que se tratava de um sinônimo de crescimento e que este segundo termo compreenderia o núcleo central da ideia, ou seja, desenvolvimento é crescimento.

A visão economicista de desenvolvimento igual a crescimento perdurou durante décadas, com influências no meio político e acadêmico. Contudo, não significa dizer que nos dias atuais, não perdure essa associação de conceitos notória no senso comum.

Souza (2007) afirma não haver uma definição universalmente aceita sobre o tema desenvolvimento e que entre os economistas podem ser identificadas duas correntes, a primeira de inspiração mais teórica que considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento, e a segunda, voltada para a realidade empírica, em que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento.

Entre os modelos de crescimento originados a partir das duas correntes estão os de Meade e Solow, Harrod, Domar e Kaldor na primeira corrente e na segunda enquadram-se economistas como Lewis, Hirschman, Mirdal e Nurkse. Com base nessas noções Souza (2007)

afirma que o paradigma do crescimento econômico enquanto sinônimo de desenvolvimento, tem demonstrado incapacidade de dividir os frutos desta expansão capitaneada pelos países industrializados. Enquanto os mercados do mundo inteiro ampliam-se com voracidade, cresce em paralelo o desemprego e a pobreza, fato que não tem conseguido beneficiar a economia como um todo e o conjunto da população. A segunda corrente compreende o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, e que o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Nesse sentido, este autor afirma que:

O desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população. O desenvolvimento econômico implicaria em mudanças de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais com melhorias na produtividade e na renda média da população (SOUZA, 2007, p.6).

De acordo com Jones (2000), o crescimento é considerado o principal meio e a principal indicação de desenvolvimento, pois onde há dinamismo econômico prolongado é onde estão os melhores indicadores sociais e de qualidade de vida. Entretanto a realidade aos poucos demonstra que o crescimento econômico pode contribuir para o incremento de bem-estar no conjunto da sociedade, mas também pode contribuir para o aumento das desigualdades sociais (VEIGA, 2008), o que é visível em alguns países que mesmo com suas economias prosperando, não conseguem disseminar melhorias na qualidade de vida da maioria da população (DENARDI, 2001).

Veiga (2008) chama a atenção para a necessidade de se diferenciar desenvolvimento de crescimento econômico, pois o significado da primeira é bem mais amplo, enquanto, que a segunda ignora os processos qualitativos histórico culturais, o progresso não linear da sociedade, as abordagens éticas e até prescindem dos impactos ecológicos.

O crescimento econômico, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, não reduz a pobreza, e não atenua as desigualdades. Neste contexto, podemos afirmar que o crescimento é um componente de suma importância para que ocorra o desenvolvimento, porém não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela é qualitativa.

Neste sentido, Sachs (2008) afirma que igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento. Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundâncias.

Nesta perspectiva, entende-se que o desenvolvimento é um conceito multidimensional, os seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica), pois contém uma condicionalidade ambiental explícita (solidariedade diacrônica com as gerações futuras), o crescimento econômico embora necessário, tem um valor apenas instrumental, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento, o crescimento pode estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescente (SACHS, 2008).

Destaca-se que a trajetória das ideias de desenvolvimento apresentadas pela economia e pela sociologia sugerem no princípio o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, e só recentemente é que a noção de desenvolvimento passou a considerar indicadores sociais de bem-estar e de sustentabilidade.

Uma definição completa de desenvolvimento segundo Souza (2007) envolve, além da melhoria de indicadores econômicos e sociais, a questão da preservação do meio ambiente, pois com o tempo o crescimento econômico tende a esgotar os recursos produtivos escassos, através de sua utilização indiscriminada.

O crescimento econômico acelerado pode provocar o desmantelamento de florestas, a exaustão de reservas minerais e a extinção de certas espécies de peixes. Além disso, as atividades produtivas podem poluir os mananciais de água, infestar o ar atmosférico, interferindo no próprio clima e no regime de chuvas, o que afeta a saúde da população. Em outras palavras o desenvolvimento sustentável é o que preserva o meio ambiente, sobretudo os recursos naturais não renováveis (SOUZA, 2007).

O atual modelo de economia baseado no crescimento vem gerando grandes desequilíbrios socioeconômicos e ambientais, uma vez que esbarra em difíceis escolhas entre a conservação do meio ambiente e crescimento econômico, tornando-se perceptível que nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, mas, em contrapartida a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam em níveis nunca vistos.

A problemática tomou visibilidade nas últimas décadas motivando reuniões de governos internacionais e debates acalorados no meio acadêmico, o futuro da humanidade estava em jogo e os resultados das várias reflexões indicavam que o homem deveria buscar conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente. Todavia, não há qualquer evidência científica sobre as condições em que se poderia ocorrer tal conciliação.

Neste sentido, a busca por um desenvolvimento sustentável reflete a incompetência da economia moderna de eliminar as desigualdades sociais, e que a retórica tem passado distante da prática preservacionista, o que realmente tem-se percebido é, uma enorme resistência dos países industrializados em adotar medidas e hábitos que contribuam para uma diminuição dos prejuízos por eles causados.

A partir de então, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a constituir a base para a discussão e reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação direta com as questões ambientais, tendo como uma de suas concepções primordiais construir um mundo de justiça social, bem-estar e sustentabilidade, em que as propostas de desenvolvimento local participativo passaram a ter grande ênfase (FERNANDES, 2003).

Cabe lembrar, que o termo desenvolvimento sustentável vai começar a ser disseminado em escala mundial a partir da década de 80, quando foi formulado um documento intitulado *Our common future* “nosso futuro comum” ou ainda “Relatório Brundtland” tornou-se célebre nos anos de 1990, em que a ênfase era um “desenvolvimento capaz de garantir as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem também as suas”. Este relatório é resultado de uma comissão criada em 1983, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, denominada de Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). O documento criticava o modelo adotado pelos países desenvolvidos e defendia um novo tipo de desenvolvimento que fosse capaz de manter o funcionamento do planeta.

Em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro, uma conferência para discutir o futuro do planeta, estavam presentes 172 chefes de estado. Ao final da Rio-92 foi elaborada a Agenda 21, em que cada chefe se comprometia em realizar medidas básicas para que fosse alcançada a sustentabilidade ambiental em seus respectivos países.

A emergência sobre o conceito de sustentabilidade reflete o aumento da preocupação com a questão socioambiental, fruto da percepção de que o crescimento econômico e a consequente intensificação dos parâmetros de consumo estabelecidos pelos países industrializados têm causado uma pressão cada vez maior na exploração dos recursos naturais.

Para Gonçalves (2005) a dimensão de sustentabilidade social inerente ao conceito não diz respeito apenas ao estabelecimento de limites e restrições, à persistência do desenvolvimento, mas implica na ultrapassagem do econômico.

De acordo com Cavalcanti (2001, p. 161) sustentabilidade significa a “possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema”

A finalidade social, encontra-se justificada pelo postulado ético de solidariedade intra-geracional e de equidade, materializada em um contrato social, em que precisa levar em conta as cinco dimensões do desenvolvimento sustentável, e provoquem mudanças institucionais, políticas e sociais, garantindo a satisfação das necessidades básicas de sustentabilidade: a social, econômica, ecológica, espacial e cultural as populações locais.

Fernandes e Guerra (2003) abordam que o desenvolvimento sustentável deve possibilitar o desenvolvimento local, como um processo orientado em que são introduzidas inovações, sejam elas técnicas ou sociais, como um conjunto de ações que agreguem valor na economia, e gerem trabalho e renda e melhoria no bem-estar das populações locais.

Caminhos metodológicos: conhecendo o arquipélago do Bailique

O Bailique é um arquipélago constituído por oito ilhas, localizado na foz do Rio Amazonas com o Oceano Atlântico, localizado em uma área distrital rural do município de Macapá (AP), com uma população aproximada de 9.000 mil habitantes. O acesso só é possível por via fluvial com duração média 12h de viagem da Capital do Estado (Macapá).

A população do Bailique tem mantido seu modo de vida tradicional, sua cultura e sua relação de uso sustentável com a floresta. Uma das práticas mais comuns no território é o cultivo do açaí e a pesca artesanal de peixe e o camarão, os quais formam a base alimentar da população local.

A considerar a produtividade do solo em áreas estuarinas, a palmeira do açaí (*Euterpe oleracea*) é encontrada em abundância no arquipélago, ressalta-se que alguns comunitários, adotam a prática do manejo sustentável dos açaizais há gerações, fato que garante o sustento e a renda das famílias. Este modo diferenciado de uso e ocupação das florestas amazônicas amapaense, tem chamado atenção de atores externos internacionais, interessados em modelos produtivos de baixo impacto ambiental, e capazes de promover o desenvolvimento sustentável.

Se por um lado, o objetivo é contribuir para um mundo socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente equilibrado, por outro o contexto socioeconômico do Bailique torna a tarefa mais difícil. A cadeia do açaí possui diversos gargalos que a impedem de se desenvolver adequadamente, incluindo o baixo retorno financeiro aos produtores pela forte dependência de atravessadores – consequência direta das limitações de capital e logística.

Com o objetivo de modificar este cenário, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) capitaneou, entre 2013 e 2016, o processo de criação e implantação do Protocolo Comunitário do Bailique, instrumento baseado no Protocolo de Nagóia e na Convenção sobre Diversidade Biológica, que visa “empoderar as comunidades para dialogar com qualquer agente externo, trabalhando questões sobre conservação da biodiversidade, uso sustentável de recursos e repartição de benefícios”.

Com ampla participação, os próprios comunitários estabeleceram acordos e tratados, incluindo o fortalecimento da cadeia de valor do açaí, e tornaram-se protagonistas de sua própria organização social.

A partir desse processo, foram fundadas a Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique (ACTB) – responsável pela manutenção dos encontros do Protocolo e a Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique (Amazonbai).

Atualmente (2019), existem noventa e cinco famílias cooperadas de trinta e duas comunidades, a posse de um barco refrigerado para o transporte do açaí e o acesso a um mercado consumidor disposto a pagar um preço justo por um produto de qualidade. Qualidade, esta, atestada pela obtenção das certificações FSC® – tanto de manejo florestal como de serviços ecossistêmicos –, SVB e Selo Amapá.

Procedimento Metodológico

Este estudo baseia-se em um estudo de caso, por buscar a compreensão dos saberes de uma realidade específica no contexto particular do Bailique, o que para Yin (2010) pode contribuir com o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais e sociais da realidade ali existente. Optei pelo estudo de caso devido as particularidades de uma comunidade ribeirinha, representado pelas experiências e pelos conhecimentos sobre as formas de coexistência e de utilização dos recursos naturais e estabelece uma relação entre o contexto agroextrativista do Bailique.

A análise de documentos baseia-se na construção de um modelo teórico, aplicável ao

levantamento documental do objeto investigado, tem a incumbência de compreender os fenômenos pela sua descrição e interpretação (CHIZZOTTI, 2006; TEIXEIRA, 2008), em que se busca as bases conceituais que categorizam o desenvolvimento local. Para tanto, fez-se análise qualitativa dos relatórios e demais documentos produzidos pela Amazonbai, ACTB e Terróa nos anos de 2018 e 2019 (Régua de Desenvolvimento Territorial Sustentável, relatório técnicos e diagnósticos socioambientais).

A abordagem desta pesquisa é qualitativa, o que acordo com Oliveira (2010), requer um processo de reflexão sobre a realidade, através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em um determinado contexto histórico. Sabendo que, a condução da investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os sujeitos da pesquisa, o que para Flick (2009) é levar a sério o contexto e os casos para entender uma questão em estudo, principalmente em estudos de casos.

As Dimensões da Régua do Desenvolvimento Territorial Sustentável (RDTS)

A Régua de Desenvolvimento Territorial Sustentável (RDTS) é uma metodologia desenvolvida pelo Instituto Terroa, com o intuito de visualizar, o território e seus processos de avaliação que estão inter-relacionados com os juízos de valor que subsidiam a tomada de decisão, visando a compreensão das potencialidades e fragilidades do uso sustentável do território.

A metodologia baseia-se nas dimensões de segurança para a sustentabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU), que são: segurança econômica, alimentar, sanitária, ambiental, pessoal, comunitária e política, as quais são definidas como “uma abordagem para ajudar na identificação e discussão de desafios interdependentes e generalizados para a sobrevivência, subsistência e dignidade das pessoas” (Resolução 66/290, 2012- ONU).

A criação da RDTS, pelo instituto, optou por acrescentar as dimensões climática e educacional tendo como subsídio a ferramenta “CESBA Sustainable Territories tool Generic Framework” criada pela *Common European Sustainable Built Environment Assessment* (Cesba), para avaliação de sustentabilidade voltada a territórios não urbanizados.

Partindo dessas definições, o arquipélago do Bailique, conseguiu alcançar o equivalente a 40% do total, o que implica em considerar seu potencial para um desenvolvimento com sustentabilidade. Esta sustentabilidade ambiental teria como base a construção social a partir da diversidade e da diferença, pois a crise ambiental não se manifestaria apenas nos furacões gerados pelo aquecimento global, mas no desconhecimento de suas causas, na falta de um saber sobre a complexidade do real, e na perda do sentido da existência humana (LEFF, 2010).

Cabe destacar que para vencer os desafios da sustentabilidade implicaria em compreender as bases tecnológicas, de equidade social, diversidade cultural e democracia participativa, em que o uso sustentável dos recursos naturais presentes nos ecossistemas seja de responsabilidade das populações humanas e de implementação de políticas públicas ambientais eficazes (LEFF, 1999; CAPRA, 2006).

Ao analisarmos as dimensões alimentar, ambiental e pessoal, em que apresentam resultados em torno de 73%, 55% e 80% na RTDS, respectivamente. Verificou-se que na dimensão alimentar a pontuação se deu em função do uso sustentável do pescado e do extrativismo. Enquanto na Ambiental, o Bailique apresentou alta pontuação em relação ao baixo desmatamento e à presença de áreas de conservação no seu entorno (dimensão ambiental/territorial). Além disso, teve desempenho máximo nos temas de desmatamento e conservação da biodiversidade, baseando-se em indicadores da ONU, OECD, CESBA e ODETES, pois possui duas áreas protegidas, o que corresponde a aproximadamente 80% de sua cobertura florestal. De acordo, com os dados do Terroa, embora, haja iniciativas de abertura de florestas para criação de bubalinos, expansão das comunidades e outras atividades, o território se encontra bem conservado, e na dimensão pessoal, apesar de todas as dificuldades, a população se sente feliz e engajada nas reuniões de suas comunidades.

De acordo com os resultados do Terroa, as dimensões com menor pontuação no RTDS foram: educacional (21%), climática (15%) e sanitária (0%). Na Dimensão Educacional o quan-

titativo de comunitários que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola, e o índice de evasão são os principais fatores que contribuem para os baixos índices educacionais no Bailique. Além disso, Silva (2010) e Silva et al. (2013) e Gomes (2019) ressaltam que isto está relacionado aos baixos índices de educação na Amazônia, o que pode ser atribuído ao modelo educacional desenvolvido, pois apresentam pouca ou nenhuma relação com a cultura de seus habitantes historicamente ligados ao extrativismo florestal e a agricultura de subsistência.

Por outro lado, Barros et al. (2002), relata que a sustentabilidade do desenvolvimento social e econômico está diretamente relacionada à continuidade do processo de expansão educacional. Sob esta ótica a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho gerando crescimento econômico, o aumento de salários e a diminuição da pobreza, assim como promove maior igualdade e mobilidade social. Neste sentido, do ponto de vista econômico, o desenvolvimento educacional é fundamental para a fomentação do crescimento econômico. Logo, este artigo busca analisar as contribuições da escola família agroextrativista do carvão para o desenvolvimento local.

Partindo desse pressuposto, como projeto criado pelo Protocolo comunitário do Bailique surgiu a Escola Família do Bailique, que tem como alicerce o empoderamento local, o fortalecimento institucional e o uso sustentável dos recursos naturais, como mecanismo de resolução dos problemas relacionados aos baixos índices de escolaridade. Portanto, a EFA do Bailique faz parte de uma visão holística do território, onde a educação é uma das estratégias essenciais para viabilizar um modelo inovador e sustentável de desenvolvimento de comunidades tradicionais.

Na dimensão climática, busca-se compreender o impacto destas no Bailique, dada sua condição dependente dos movimentos do rio e da maré, devido ao processo de erosão e assoreamento, o que para os moradores a criação das novas barragens no Rio Araguari abriu caminho para o mar avançar, salinizando a água do rio e agravando o processo de erosão. Em algumas comunidades isso é particularmente preocupante, pois o fenômeno ocorre com maior intensidade.

Os Problemas relacionados às mudanças climáticas (assoreamento e erosão), compromete a subsistência das comunidades ribeirinha e até as coloca em risco. No entanto, chamou a atenção a falta de acordos voltados para situações emergenciais como essas e a falta de vinculação desses problemas com a crise climática. A Organização das Nações Unidas (ONU) tem se esforçado para aplicar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), por meio da Agenda 2030, a nível local e, portanto, fica evidente a necessidade de se fomentar essa discussão no território.

O arquipélago é influenciado pela foz do Rio Araguari, que se localiza há 40 km de distância, o qual possui três usinas hidrelétricas (UHE). As UHEs podem causar diversos impactos ambientais e territoriais, o que é evidente no Bailique. Neste caso, o instituto terróa utilizou como referência grande empreendimento. Acima disso, a pontuação seria zero, que é então o caso das três UHEs do Rio Araguari.

Cabe lembrar que em um passado não muito distante, a população amazônica costumava ser acoimada como a principal responsável pela degradação ambiental da região. A ideia de que a população amazônica reproduzia técnicas primitivas de cultivo (incluído as queimadas de parcela do meio natural para a implantação de culturas de subsistência) era agravado pelo crescimento populacional identificado.

Todavia, os aspectos de degradação ambiental da Amazônia, sempre estiveram relacionados às políticas de desenvolvimento inapropriadas, os quais desconsideravam completamente o *modus vivendi* dos povos que ocupavam tradicionalmente a região, fossem estas populações indígenas, seringueiros, camponeses e/ou ribeirinhos. Neste sentido, a história da formação social da Amazônia brasileira é marcada pela persistência de políticas de caráter elitista, patrimonialistas e voltadas especificamente para a acumulação de capital, sendo que tais políticas são executadas sem qualquer preocupação com as populações locais.

Partindo deste pressuposto, é necessário desenvolver novas alternativas de desenvolvimento para a Amazônia e que devem levar em conta pelo menos cinco pilares: o respeito a identidade dos povos e a diferença cultural entre os diversos povos da região, o aproveitamen-

to das práticas sociais e saberes seculares construídos sobre a região pelos seus habitantes, o respeito à natureza, o aproveitamento da sua mega biodiversidade e o investimento cada vez maior em ciência aplicada e direcionada aos interesses regionais.

Desta maneira, Fernandes (2006) afirma que é necessário combater a pobreza para superar os problemas de ordem ambiental, mas isto, não garante a construção de um novo projeto societário, mas sim um discurso formal das lógicas geradoras da exploração e da miséria. Por outro lado, Diegues (2004) relata a importância das populações tradicionais para a conservação e utilização sustentável dos recursos naturais da Amazônia, uma vez que os saberes tradicionais, acabam se tornando a principal forma de utilização rudimentar da exploração agroextrativista na região, mas seus conhecimentos e sua cultura são pouco valorizados pelo tipo de sociedade vigente, afirmando que a Amazônia, não tem sido um problema para o Brasil e para o mundo, e sim o mundo e o Brasil tem sido um grande problema para a Amazônia.

Na dimensão sanitária, o Bailique apresentou resultados na RTDS condizente com a realidade das populações ribeirinhas amazônicas, bem como especificidades particulares do território, como, por exemplo, à falta de energia elétrica contínua, à falta de condições básicas de saneamento. Cabe destacar, que o saneamento básico, apesar de precário, só existe nas duas comunidades mais desenvolvidas do Bailique: a Vila Progresso e a Vila Macedônia. As demais comunidades, em sua maioria, contam com fossa negra ou fossa a céu aberto, o que contribui facilmente para a contaminação do solo e da água, principalmente nas épocas de cheias dos rios. Isso se agrava, pois, a maior parte da população bombeia a água do rio para suas casas, muitas vezes tratando somente com cloro e hipoclorito. Diretamente ligados a isso estão os surtos frequentes de febre, diarreia e vômito, principalmente entre as crianças, de acordo com 80,48% das famílias.

Os problemas relacionados ao saneamento básico apresentados no bailique são semelhantes aos apresentados em outras comunidades ribeirinhas da região amazônica (PEREIRA et al., 2007, 2010; GORAYEB, 2009; GUIMARÃES et al., 2009a,b; SIMONIAN et al. 2010; SILVA et al., 2011; SILVA et al., 2013), bem como em outros países com condições socioeconômicas similares, tais como China, México e Chile. Cei (2010), afirma que o Estado do Amapá apresenta cenários amplamente conflitantes, pois embora seus ecossistemas naturais sejam os melhores de qualquer estado brasileiro, a ausência de saneamento básico é comum nas comunidades ribeirinhas.

No que se refere a questão fundiária, grande parte do território é constituída de assentamentos rurais definidos pelo INCRA e governo do Estado do Amapá, ao mesmo tempo que a Marinha do Brasil declara que as terras se encontram em sua abrangência territorial. Portanto, os assentados não têm a garantia dessas terras e somente 29,25% são proprietários particulares, o que gera o indicador em nível inicial com pontuação igual a zero. De acordo com Becker (2010) os conflitos de uso da terra entre as populações tradicionais, as representações governamentais e grupos hegemônicos se intensificaram, devido aos interesses geoeconômicos, geralmente, sem contrapartida para as populações que, há séculos, estão presentes nos territórios, em plena consonância com a natureza, e as quais o utilizam como principal fonte de sobrevivência, pois veem a terra muito mais que um pedaço de chão.

Neste sentido, podemos afirmar que as populações tradicionais amazônicas lutam para a diminuição desses conflitos, para que possam ter o direito de uso do território não apenas para garantir os meios de suas sobrevivências, mas também a preservação de costumes e tradições que os identificam nas suas diversas práticas culturais.

Na esfera organizacional e de governança, verificou-se que o nível de estrutura comunitária foi de 0,93. Para este indicador, consideram-se os acordos formais definidos pelos comunitários. Contudo, identificou-se que 78,17% das famílias participam de alguma entidade comunitária, como protocolos, associações, cooperativas e outras organizações da sociedade civil.

Vale lembrar, que o Bailique construiu de forma dialógica seu protocolo comunitário, o qual surgiu da organização e empoderamento dos moradores locais, com a finalidade de tomada de decisão sobre o funcionamento do território e seus objetivos. Neste contexto, pode-se fazer um paralelo com as afirmações apontadas por Simões et al., (2011) ao demonstrar que

as comunidades são mais eficientes na gestão de seus territórios quando não são obrigadas a seguir regras impostas por autoridades externas, ao considerar que o uso sustentável dos recursos comuns, as políticas de gestão mais adequadas, estão relacionadas ao uso adequado dos recursos naturais.

Nesse sentido, a comunidade deve participar ativamente na implementação das regras que envolvem o processo de gestão, como é proposto no próprio protocolo comunitário do Bailique, em que a solução dos problemas depende do envolvimento das comunidades. No entanto, muitas famílias existentes na região do Bailique relatam desconhecer o protocolo e quando declaravam conhecê-lo, parecia uma recordação distante de quando o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) realizava o trabalho nas comunidades, no período entre 2013 e 2015. Neste contexto, podemos afirmar que isto pode estar relacionada ao fato da Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique (ACTB) estarem voltada as questões referentes à cadeia produtiva do açaí, e a organização e envolvimento das comunidades foram secundarizadas.

Em relação à vida comunitária, os dados do RTDS demonstram que os moradores se mostraram bastante engajados (78%) nos espaços de governança das comunidades. Esse valor se contradiz a baixa confiança da população nas instituições políticas do território, pois o alto índice de participação nas próprias comunidades demonstra o interesse da população em tomar decisões, o que torna evidente as razões de empoderamento nas comunidades do Bailique. Neste contexto, o conceito de capital social torna-se relevante, uma vez que diz respeito às características de uma organização social como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da mesma (ABRAMOVAY, 2003).

Economia solidaria e sustentabilidade no Bailique: Amazonbai

No Bailique, o processo de desenvolvimento do Protocolo Comunitário ocorreu entre os anos de 2013 a 2016, capitaneado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). O processo abrangeu habitantes de trinta e duas (32) comunidades, que participaram de oficinas de capacitação e Encontrões (espaço para discussão e decisão sobre temas diversos considerados importantes pelos comunitários).

O documento como produto do protocolo do Bailique compreende uma série de acordos definidos pelos participantes e, posteriormente, legitimados por ampla consulta pública e aceitos por votação em assembleia comunitária.

Cabe destacar, que um dos acordos do protocolo que foi a criação de uma Cooperativa dos Produtores Extrativistas do Bailique (Amazonbai), com o objetivo de fortalecer a economia comunitária local por meio da produção do açaí. Além disso, foi acertada que a destinação de 5% do lucro das vendas seria para a fundação da Escola Família Agroextrativista do Bailique. Atualmente, a Associação dos Comunitários Agroextrativistas do Bailique (ACTB) é a organização responsável pela manutenção da articulação comunitária resultante do processo, com apoio administrativo e financeiro da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA).

Ressalta-se que uma das maneiras de fomentar o desenvolvimento local é fortalecer as organizações locais com viés comunitário. Para tanto, é preciso que tais organizações, sejam bem-sucedidas nos seguintes aspectos: engajamento social, competência legal, administrativa e financeira, além de produção e comercialização (se presentes), e inovação tecnológica.

Neste contexto, Fernandes e Guerra (2003), abordam que o desenvolvimento sustentável deve possibilitar o desenvolvimento local, como um processo orientado e promovido a partir do território, no qual são introduzidas inovações, sejam elas técnicas ou sociais. Então, podemos descrever esse processo como o conjunto de ações ocorridas a partir do território visando um aumento na criação de valor e na economia, geração de trabalho e renda e melhoria no bem-estar e qualidade de vida dos moradores locais.

Milani (2005) define desenvolvimento local como um conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local.

Neste sentido, Zapata (2007) define desenvolvimento local como um processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas, conduzido pela própria comunidade local

ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população local.

Outro conceito chave para se compreender desenvolvimento local é o de empoderamento, já que, contempla valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito o meio ambiente. Martins (2002) descreve que a participação comunitária tem um papel fundamental no processo, seja para a sua efetivação ou sua continuidade.

A Amazonbai a partir de 2018 aumentou o quantitativo de áreas certificadas a partir de duas variáveis principais: a) o número de cooperados; e b) o tamanho de suas áreas de produção. Em 2016, quando a AMAZONBAI se tornou certificada pelo FSC®, a área de cada produtor considerada foi conseguida de maneira auto declaratória, ou seja, cada produtor foi responsável por definir o tamanho de sua unidade de produção. Com base nessas estimativas, os 95 produtores vinculados à cooperativa, possuem um total de 2.996 ha de área produtiva, os quais estão cientes de todas as incertezas e imprecisões do método adotado, devido a ausência de um mapeamento georeferenciado das unidades de produção e seus cálculos de área.

De acordo com o Terróa, o aumento da produção depende de outras variáveis além da entrada de novos cooperados e sua área de produção, pois o preço pago pelo açaí é um excelente indicador de produção, uma vez que é preciso avaliar se o valor é vantajoso ao produtor, e se o açaí será colhido e entregue à cooperativa; caso contrário, muitos produtores deixarão de vendê-lo à cooperativa, visando outros compradores (atravessadores).

Outro destaque é o preço pago ao peconheiro (quem efetivamente sobe no açazeiro), a facilidade no pagamento e a logística de entrega do produto, são outras variáveis que influenciam na produção. Cabe lembrar, que apenas uma organização com capacidade gerencial será capaz de se organizar, logística e financeiramente, para recolher a produção e repassar um valor socialmente justo, em tempo adequado, aos seus produtores.

A Amazonbai nasceu com a intenção de se produzir um açaí de qualidade, certificado e com salvaguardas socioambientais, essa visão que permitiu a decisão de buscar as certificações FSC® de manejo e serviços ecossistêmicos, além da certificação vegana e orgânicos (em processo de obtenção). No entanto, dificilmente empresas que compram o caroço do açaí pagarão um preço acima do mercado, independentemente dos selos que este produto venha a ter. Ressalta-se que é deste sobrepreço de onde virão os recursos capazes de melhorar a qualidade de vida das famílias cooperadas, além de financiar a construção da EFA do Bailique (5% de todas as vendas).

Portanto, a solução encontrada foi o investimento na polpa do açaí voltada para mercados especializados, que se disponha a pagar o sobrepreço em prol das salvaguardas socioambientais. Esses mercados incluem restaurantes de alta gastronomia, varejo especializado em produtos naturais e exportação para EUA e Europa. Destaca-se, que um dos princípios norteadores da economia de base comunitária é o repasse justo dos valores obtidos por toda cadeia do produto. E a noção de justiça está inextricavelmente vinculada à percepção do próprio produtor, o qual entende que há a “remuneração e repartição de benefícios” no período de 2018 e 2019.

Portanto, podemos atrelar a atuação da Amazonbai ao conceito de capital social, ao considerarmos que quando se fala em desenvolvimento local ressaltamos às características de uma organização social como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da mesma, em que a confiança, a reciprocidade e a cooperação são recursos que podem contribuir para o desenvolvimento produtivo e para o fortalecimento da democracia na região (RIBEIRO, 2008).

Considerações Finais

O Bailique possui problemas de caráter socioambiental, se configurando como principais a ocupação desordenada devido à falta de planejamento, erosão e serviços básicos, como o saneamento básico e distribuição de energia elétrica e de água potável. Nas comunidades, que usam geradores, o fornecimento de combustível pelo poder público, por vezes, também

se mostrava problemático. Não poucas vezes, o atraso no pagamento às comunidades e a falta de manutenção surgiram como problemas. Todo esse cenário, prejudica a subsistência da população, que depende da energia para armazenamento de sua produção, além da diminuição da qualidade de vida propriamente dita.

O saneamento básico, apesar de precário, só existe nas duas comunidades mais desenvolvidas do Bailique: a Vila Progresso e a Vila Macedônia. As demais, em sua maioria, contam com fossa negra ou fossa a céu aberto, o que contribui facilmente para a contaminação do solo e da água, principalmente nas épocas de cheias dos rios.

Portanto, considera-se que mais cadeias de valor poderiam ser desenvolvidas no território, como modo de aumentar a resiliência econômica em caso de eventuais crises. De fato, apenas a Amazonbai figurou como empreendimento de base comunitária (cooperativa) durante as entrevistas. Além disso, mesmo sendo uma população rural, poucas pessoas possuem acesso a políticas de fomento.

Referências

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Rio de Janeiro: Editora UFRGS, 2003.

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CAPRA, F. **Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade**, In: ____ a educação das crianças para um mundo sustentável. Organização STONE, M. K.; BARLOW, Z. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 46-57.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

CEI, I. L.F., 2010. Condições sanitárias dos resíduos sólidos no Amapá e política adotada pelo ministério público do estado. In: Simonian, L.T.L. (org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá**, Belém-PA, Brasil: NAEA-UFPA/MPEAP, p. 443-483.

CAVALCANTI, C. Política de governo para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. Editora: Cortez, 2001, p. 21-40.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n.3, 2001.

DIEGUES, A. C. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 50, 2019.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FERNANDES, M.; GUERRA, L. (org). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Editora: UNAMAZ, 2006, 253 p.

FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (org). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Editora: UNAMAZ, Belém, 2006. 129-162 p.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007, 220 p.

GORAYEB, A.; LOMBARDO, M. A.; PEREIRA, L. C. C. Aspectos Sociais e Condições Ambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Caeté Amazônia Oriental-Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, n. 9, v. 2, p. 59-70, 2009.

GUIMARÃES, D. O.; PEREIRA, L.C.C. e COSTA, R. M. Aspectos Socioeconômicos e Ambientais das Comunidades Rurais da Bacia Hidrográfica do Rio Caeté (Pará-Brasil). **Revista de Gestão Costeira Integrada**, 9, 71-84, 2009a.

GUIMARÃES, D.O., PEREIRA, L.C.C., MONTEIRO, M., GORAYEB, A.; COSTA, R.M. Effects of the urban influence on the Cereja River and Caeté Estuary (Amazon littoral, Brazil). **Journal of Coastal Research**, n. 9, v. 2, p.1219-1223, 2009b.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 1ª edição: São Paulo, 2005, 48p.

JONES, C. **Introdução a teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000, p.125.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável, In: REIGOTA, M. (Org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. DP&A, 1999, p. 115-132.

HARDIN, G. Tragédia dos comuns. **Revista science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais, In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. Cortez, 2012, p. 89-156.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

MORIN, E. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2002.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005. Cap.4, p. 175-198.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 3, N. 5, p. 51-59, 2002.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: vozes, 2010.

PEREIRA, L.C.C., GUIMARÃES, D.O., COSTA, R.M.; SOUZA FILHO, P.W.M. Use and Occupation in Bragança Littoral, Brazilian Amazon. **Journal of Coastal Research**, (SI) 50, 1116-1120, 2007.

PEREIRA, L.C.C., MONTEIRO, M. C.; GUIMARÃES, D.O., MATOS, J.B.; COSTA, R.M. Seasonal effects of wastewater to the water quality of the Caeté river estuary, Brazilian Amazon. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 82, p. 467-478, 2010.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, M. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa**. Uni-

versidade Federal do Rio Grande do Sul Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.1, p. 27-45, 2008.

SILVA, I. R., PEREIRA, L. C. C., TRINDADE, W. N., MAGALHÃES, A., COSTA, R. M. Natural and anthropogenic processes on the recreational activities in urban Amazon beaches. **Ocean & Coastal Management**, n. 76, p. 75-84, 2013.

SILVA, N.I.S., PEREIRA, L.C.C., GORAYEB, A., Vila-Concejo, A., SOUSA, R.C., ASP, N.E.; COSTA, R.M. Natural and social conditions of Princesa, a macrotidal sandy beach on the Amazon Coast of Brazil. **Journal of Coastal Research**, n. 64, p. 1979 – 1983, 2011.

SIMONIAN, L.T.L., SILVA, J.B., ANDRADE, R.F.; ALMEIDA, A.C.P.C. Floresta nacional do Amapá: um histórico breve, políticas públicas e (in) sustentabilidade. In: SIMONIAN, L.T.L. (org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá**, Belém-PA, Brasil: NAEA-UFPA/MPEAP, p. 115-180, 2010.

SORRENTINO, M. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, v. 2, n. 31, p. 285-299, 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includentes, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. Tradução de Eneida Cidade Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.

SOUSA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 5ª edição. São Paulo: atlas, 2007.

SILVA, J. B. Populações tradicionais sul-amapaenses de unidades de conservação: valores, condutas e o papel da pedagogia da alternância. In: SIMONIAN, Lígia T. L. (org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá**. Belém: NAEA-UFPA; MPEAP, 2010.

SIMÕES, J.; MACEDO, M. BABO, P. Elinor Ostrom: “**Governar os Comuns**”. Universidade do Porto, 2011.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. Petrópolis/RJ: vozes, 2008.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento territorial à distância**. Florianópolis: SEad/UFSC, 2007.